

ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.

Termo de Referência 167/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
167/2026	121101-ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.	LUCAS PEREIRA SANTOS	05/05/2026 12:23 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		SC 070296

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
1	Contratação de empresa especializada para atender à necessidade de fornecimento de kit lanches durante a realização do concerto da Orquestra Brasil Jazz Sinfônica

1.2. O prazo de vigência da contratação é desde o início da execução do primeiro serviço até o término do ultimo serviço, conforme Lei nº 14.133, de 2021.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar condições adequadas de alimentação e suporte logístico aos músicos, equipe técnica e demais profissionais envolvidos na realização dos concertos da Orquestra Brasil Jazz Sinfônica, atividade de relevante interesse público cultural. Considerando que tais eventos demandam ensaios e apresentações prolongadas, a disponibilização de refeições e lanches adequados é medida essencial para a manutenção da saúde, da energia e da concentração dos participantes, refletindo diretamente na qualidade artística das performances apresentadas ao público.

A Fundação Padre Anchieta não dispõe de estrutura própria para a execução de serviços de catering, razão pela qual se faz imprescindível a contratação de empresa especializada, capaz de fornecer refeições em conformidade com padrões nutricionais e sanitários, contemplando ainda dietas especiais e restritivas, quando necessário.

A contratação, portanto, justifica-se não apenas pela necessidade de apoio operacional e logístico, mas também pelo atendimento aos princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo que os concertos sejam realizados em conformidade com os níveis de excelência exigidos pela natureza cultural do projeto.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução para atender à presente necessidade consiste na contratação de empresa especializada em serviços de kit lanches, responsável pelo fornecimento integral de refeições e lanches destinados aos músicos, equipe técnica e demais profissionais envolvidos nos concertos da Orquestra Brasil Jazz Sinfônica.

4. Requisitos da contratação

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Comprovar experiência no fornecimento de kit lanche ou catering/buffet.

4.2. Transporte, montagem, desmontagem, bem como encargos dos técnicos e auxiliares, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

4.3. A empresa contratada deverá fornecer 45 kit lanches devidamente embalados e armazenados, destes 45 lanches, serão, **36 sem restrições, 3 veganos, 3 vegetarianos e 2 intolerantes à lactose e glúten**, sendo de responsabilidade da empresa contratada a adequação dos lanches para cada restrição

4.4. Os kit lanches devem ser compostos pelos seguintes itens:

- 01 suco integral de 180 ml, sabor laranja ou uva da marca **Natural One**;
- 02 lanches com sabores à definir (**possíveis sabores: caprese, presunto e queijo ou peito de peru c/cream cheese**);
- 01 pedaço de bolo caseiro com sabor à definir;
- 01 quiche ou tortinha com sabores à definir (**possíveis sabores: palmito ou frango com requeijão**)
- 01 brigadeiro;
- 01 salada de frutas com frutas à definir.

4.7. Seleção dos tipos de alimentos e bebidas: Os tipos de alimentos e bebidas devem ser selecionados à partir das opções sugeridas pela CONTRATANTE, qualquer mudança deve ser alinhada com o CONTRATANTE.

SUBCONTRATAÇÃO

4.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. *Início da execução do objeto: 22/03*

5.1.1. *A execução do objeto compreenderá a prestação do serviço de catering destinado à realização de 01 (um) concerto a ser promovido pela Orquestra Brasil Jazz Sinfônica em 22 de março de 2026*

LOCAL E HORÁRIO DA APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.2. *O serviços serão realizados em:*

Concerto dia 24 de maio de 2026.
Local: Igreja da Consolação
Endereço: R. da Consolação, 585 - Consolação

Horário de entrega: 14h00 (sujeito à alteração)

Quantidade: 45 kit lanches individuais

Observações de restrições: **3 vegetarianos, 3 veganos e 2 intolerantes a lactose e gluten**

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.3. *Caberá à contratada disponibilizar os recursos necessários para atender o serviço de catering adequado e pontual, observadas as condições estabelecidas no item 01 deste TR na data e nos horários mencionados acima.*

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. Não será necessário um contrato para a contratação em questão.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades previstas; ou

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução do serviço para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Averiguação da qualidade e tamanho do baú do caminhão, verificando sempre se os instrumentos serão transportados de forma segura.

DO RECEBIMENTO

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 01 dia, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, podendo resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado à gestão.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um, com a entrega do último;

7.9.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar a medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no recebimento provisório.

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução, devendo encaminhá-los à gestão para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 01 dia, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e documentação apresentada e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento, solicitar por escrito as devidas correções à Contratada;

7.11.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo;

7.11.4. Comunicar a empresa para emissão da Nota Fiscal ou Fatura;

7.11.5. Enviar a documentação ao setor competente para liquidação e pagamento.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o disposto na legislação vigente.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela segurança do serviço nem a responsabilidade profissional pela sua execução.

LIQUIDAÇÃO

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento equivalente, o prazo de liquidação do pagamento será no dia 20 do mês subsequente.

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar os elementos essenciais do documento.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, o prazo ficará suspenso até a regularização.

7.18. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal.

- 7.19. A Administração deverá realizar consulta aos sistemas oficiais para verificação de regularidade.
- 7.20. Constatando irregularidade, a Contratada será notificada para regularização.
- 7.21. Não havendo regularização, serão adotadas as medidas cabíveis junto aos órgãos competentes.
- 7.22. Persistindo a irregularidade, poderão ser adotadas medidas administrativas cabíveis.
- 7.23. Havendo execução regular do objeto, os pagamentos poderão ser realizados normalmente até decisão administrativa.

PRAZO DE PAGAMENTO

- 7.24. Será considerada data de pagamento o dia 20 do mês subsequente à emissão da nota fiscal.
- 7.25. Em caso de atraso, os valores poderão ser atualizados monetariamente.

FORMA DE PAGAMENTO

- 7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em conta indicada pela Contratada.
- 7.27. Será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 7.27.1. Os percentuais serão aplicados conforme legislação vigente;
- 7.28. A Contratada optante pelo Simples Nacional deverá comprovar sua condição para fins de não retenção.

CESSÃO DE CRÉDITO

- 7.29. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.
- 7.29.1. As cessões não fiduciárias dependerão de aprovação prévia da Administração.
- 7.30. A realização dos pagamentos também se condiciona à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário.
- 7.32. O crédito a ser pago à cessionária corresponderá ao valor devido pela execução do objeto, mantendo-se todas as condições aplicáveis.
- 7.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto, que continuará sob responsabilidade da Contratada.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de critério de julgamento pelo menor preço.

REGIME DE EXECUÇÃO

- 8.2. Não haverá regime de execução.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva Empresa individual sede;
- 8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): ,01

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação será informado no aviso de contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, pois o órgão requisitante dispensa essa obrigatoriedade para o ano base.

10.1.1. Conforme alinhamento da despesa de 2025 foi estimado o valor da contratação para o ano de 2026 e elaborada as SC nº SC 070296 para reserva de crédito.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCAS PEREIRA SANTOS

Assistente de Produção



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 15:53:37.

ACACIA BERLESE DE MATOS DOURADO

Gerente de Orquestra



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 12:23:24.